



## Seção de Legislação do Município de Frederico Westphalen / RS

### LEI MUNICIPAL Nº 4.822, DE 29/12/2020

#### ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FREDERICO WESTPHALEN-RS FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, em cumprimento ao disposto no [art. 51, da Lei Orgânica Municipal](#), sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

- I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;
- II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta.

#### CAPÍTULO II - DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

##### Seção I - Da Estimativa da Receita

**Art. 2º** A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 119.560.500,00 (cento e dezenove milhões quinhentos e sessenta mil e quinhentos reais).

**Art. 3º** A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>48.321.579,00</b>	<b>72.954.921,00</b>	<b>121.276.500,00</b>
Impostos, taxas e contribuições de Melhoria	12.478.579,00	6.391.800,00	18.870.379,00
Receita de Contribuições	290.000,00	7.995.000,00	8.285.000,00
Receita Patrimonial	62.000,00	11.049.000,00	11.111.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	250.000,00	0,00	250.000,00
Transferências Correntes	34.996.000,00	47.039.121,00	82.035.121,00
Outras Receitas Correntes	245.000,00	480.000,00	725.000,00
<b>2 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>130.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>160.000,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	30.000,00	30.000,00
Amortização de empréstimos	130.000,00	0,00	130.000,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
<b>7 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>9.725.000,00</b>	<b>9.725.000,00</b>

INTRAORÇAMENTÁRIAS			
Receita de Contribuições - Intraorç.	0,00	9.725.000,00	9.725.000,00
Receita Patrimonial - Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes - Intraorç.	0,00	0,00	0,00
<b>8 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INTRAORÇAMENTÁRIAS			
Alienação de Bens - Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos - Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Intraorç.	0,00	0,00	0,00
<b>9 - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(345.000,00)</b>	<b>(11.256.000,00)</b>	<b>(11.601.000,00)</b>
Deduções da Receita Corrente	(345.000,00)	(11.256.000,00)	(11.601.000,00)
<b>TOTAL</b>	<b>48.106.579,00</b>	<b>71.453.921,00</b>	<b>119.560.500,00</b>

### Seção II - Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 119.560.500,00 (cento e dezenove milhões quinhentos e sessenta mil e quinhentos reais). sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 84.521.337,00 (oitenta e quatro milhões quinhentos e vinte e um mil e trezentos trinta e sete reais);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 35.039.163,00 (trinta e cinco milhões trinta e nove mil e cento e sessenta e três reais);

**Art. 5º** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
<b>3. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>38.628.379,00</b>	<b>60.057.621,00</b>	<b>98.686.000,00</b>
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.200.000,00	36.402.815,00	58.602.815,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	15.378.379,00	23.654.806,00	39.033.185,00
3.3 - Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
<b>4. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.593.000,00</b>	<b>881.500,00</b>	<b>5.474.500,00</b>
4.1 - Investimentos	2.943.000,00	881.500,00	3.824.500,00
4.2 - Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	200.000,00
4.3 - Amortização da Dívida	1.450.000,00	0,00	1.450.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>850.000,00</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>15.400.000,00</b>
Reserva de riscos fiscais	850.000,00	0,00	850.000,00
Reserva do Fundo de Saúde dos Servidores	0,00	150.000,00	150.000,00
Reserva do Fundo de Previdência	0,00	14.400.000,00	14.400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>44.071.379,00</b>	<b>75.489.121,00</b>	<b>119.560.500,00</b>

**Art. 6º** Integram esta Lei, nos termos do [art. 8º da Lei Municipal nº 4.805](#) de 09 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### Seção III - Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

**Art. 7º** Ficam autorizados:

I - Ao Poder Executivo, mediante ato do Poder Executivo, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intra-orçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações;

b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

c) excesso de arrecadação.

II - Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do *caput* abrangem também as programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Para fins da alínea b do inciso I do *caput*, também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, os recursos que forem gerados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

**Art. 8º** Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, fica Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados a atender:

I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III - despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

IV - adquirir vacinas e insumos destinados à vacinação, bem como contratar bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, treinamentos e outros bens e serviços necessários a implementação da vacinação contra a COVID-19. (AC) (acrescentado pelo [art. 5º da Lei Municipal nº 4.834, de 08.03.2021](#))

**Art. 9º** Fica, também, o Poder Executivo Municipal autorizado a reabrir os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2020 pelos saldos não utilizados, observadas as disponibilidades de recursos por vínculo.

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais para atendimento de contrapartidas em Projetos e Convênios.

**CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 11.** A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

**Art. 12.** O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 13.** Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos [incisos I e III do art. 2º da Lei Municipal nº 4.690/2019](#), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

**Parágrafo único.** Para efeito de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no [art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000](#), as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do *caput* deste artigo.

**Art. 14.** O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das naturezas de receitas e despesas orçamentárias, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 16.** *(Vetado).*

**Art. 17.** *(Vetado).*

**Art. 18.** *(Vetado).*

**Art. 19.** *(Vetado).*

**Art. 20.** *(Vetado).*

**Art. 21.** *(Vetado).*

*Gabinete do Prefeito Municipal de Frederico Westphalen-RS, aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2020.*

*JOSÉ ALBERTO PANOSSO  
Prefeito Municipal*

*Registre-se e Publique-se.*

*Ato Publicado em 29/12/2020.*

*SIMONE T. DUARTI DA SILVA  
Sec. Mun. da Fazenda*

*CLAUDIA MANFRIN MELO  
Assessora Administrativa*

1 / 3

—

+

